



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS  
DA VIDA E DA NATUREZA (ILACVN)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA  
SAÚDE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL:  
UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

**LILIAN GISSELA GUILLÉN ALMEDA**

Foz do Iguaçu  
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS  
DA VIDA E DA NATUREZA (ILACVN)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA  
SAÚDE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL UMA  
REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

**LILIAN GISSELA GUILLÉN ALMEDA**

Artigo apresentado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão da Saúde.

Orientador: Prof. Dr Robson Zazula

Foz do Iguaçu  
2025

**LILIAN GISSELA GUILLÉN ALMEDA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL: UMA  
REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

Artigo apresentado à Universidade Federal da  
Integração Latino-Americana como requisito  
parcial para a obtenção do título de Especialista em  
Gestão da Saúde.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador Prof.Dr Robson Zazula  
UNILA

---

Prof. Ma. Michele de Paula Pavan  
UEL

---

Prof. Ma. Andressa Aparecida Matichen  
UEL

Foz do Iguaçu, 18 de outubro de 2025.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do/a autor/a: LILIAN GISSELA GUILLÉN ALMEDA

Curso: Especialista em Gestão da Saúde.

Tipo de Documento

	mestrado(.....)
	monografia (.....)
graduação (...)	doutorado (.....)
artigo (...)	dissertação (.....)
especialização ( X )	tese (.....)
trabalho de conclusão de curso (...)	CD/DVD – obras audiovisuais (.....)

Título do trabalho acadêmico: **POLÍTICAS PÚBLICAS DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA.**

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Robson Zazula

Data da Defesa:18-10-2025.

Licença não-exclusiva de Distribuição O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração LatinoAmericana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, 18 de Outubro de 2025.

---

Assinatura do Responsável

"Dedico este trabalho à minha família e ao meu país. Em especial a Catalino e Lucia, cujo amor e dedicação foram fundamentais para que eu me tornasse quem sou hoje".

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por cuidar-me, guiar-me e proteger os meus passos. A meus pais Catalino e Lucia, a minha irmã Romina, por estar sempre presentes na minha vida, apoiando meus sonhos. A minha sobrinha Oliva Lujan. Ao motor da minha vida Gael Santiago, quem dia a dia me ensina a ser melhor mãe e pessoa, a meu companheiro de vida, pela motivação e apoio constante para atingir esta meta tão apreciada.

Os avós criam memórias que o coração guarda para sempre, assim em meu coração estão todos os momentos de aprendizagem vividos com eles, agradeço a eles serem parte da minha vida, Francisco (in memoriam) e Marciana (in memoriam).

Ao meu orientador o Prof. Dr Robson Zazula, agradeço pela paciência, dedicação e compressão no decorrer do trabalho.

Aos meus colegas do curso e tutores, obrigada pela parceria e apoio nos momentos de dificuldade.

## RESUMO

O estudo objetivou avaliar as políticas públicas direcionadas à dependência química no Brasil, com a finalidade de identificar progressos, obstáculos e lacunas no combate a esse fenômeno. Realizou-se uma integrativa de literatura e documentos, levando em conta artigos publicados de 2019 a 2024 em bases como PubMed, SciELO, LILACS e Scopus. A pesquisa resultou em oito artigos analisados, abrangendo diversas populações, como estudantes universitários, familiares, profissionais de saúde e indivíduos privados de liberdade. Os resultados mostraram que as políticas brasileiras ainda são caracterizadas pelo modelo proibicionista, focado na repressão e no encarceramento, o que contribui para o agravamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero. As análises também indicaram que o uso de substâncias entre jovens e universitários está intensamente ligado a aspectos sociais, culturais e acadêmicos, evidenciando a inadequação de políticas que se fundamentam apenas em informação ou abstinência. A comparação internacional mostrou que, apesar dos Estados Unidos investirem bastante em campanhas e mobilização social, o foco na abstinência e repressão também reduz a eficácia das iniciativas. A revisão concluiu que o Brasil precisa deixar para trás métodos punitivos e fragmentados, reforçando estratégias intersetoriais, democráticas e inclusivas que unam educação, saúde, assistência social e envolvimento da comunidade. Além disso, é recomendada a inclusão de tratamentos farmacológicos seguros e acessíveis em planos terapêuticos integrados, alinhados com políticas de equidade, cidadania e redução de danos, para responder de maneira mais eficaz e humanizada aos desafios da dependência química.

**Palavras-chave:** dependência química; políticas públicas; tratamento farmacológico; substâncias psicoativas; saúde mental.

## RESUMEN

El estudio examinó políticas públicas dirigidas a la dependencia química en Brasil, con el objetivo de identificar avances, obstáculos y vacíos en el enfrentamiento de este fenómeno. La investigación utilizó una revisión de la literatura y documentos, considerando artículos publicados entre los años 2019 y 2024 en bases como PubMed, SciELO, LILACS y Scopus. El análisis resultó en ocho artículos, abarcando diversas poblaciones como estudiantes universitarios, familiares, profesionales de la salud e individuos privados de libertad. Los resultados mostraron que las políticas brasileñas aún se caracterizan por el modelo prohibicionista, enfocado en la represión y el encarcelamiento, lo que contribuye al agravamiento de las desigualdades sociales, raciales y de género. Los análisis también indicaron que el uso de sustancias entre jóvenes y universitarios está fuertemente vinculado a aspectos sociales, culturales y académicos, lo que evidencia la inadecuación de políticas basadas únicamente en la información o en la abstinencia. La comparación internacional mostró que, a pesar de que Estados Unidos invierte considerablemente en campañas y movilización social, el enfoque en la abstinencia y la represión también limita la eficacia de las iniciativas. La revisión concluyó que Brasil necesita superar los métodos punitivos y fragmentados, fortaleciendo estrategias intersectoriales, democráticas e inclusivas que integren educación, salud, asistencia social y participación comunitaria. Además, se recomienda la incorporación de tratamientos farmacológicos seguros y accesibles en planes terapéuticos integrados, alineados con políticas de equidad, ciudadanía y reducción de daños, para responder de manera más eficaz y humanizada a los desafíos de la dependencia química.

**Palabras clave:** dependencia química; políticas públicas; tratamiento farmacológico; sustancias psicoactivas; salud mental.

## ABSTRACT

The study examined public policies at chemical dependence in Brazil, with the purpose of identifying progress, obstacles, and gaps in addressing this phenomenon. The research employed an integrative review of literature and documents, considering articles published between 2019 and 2024 in databases such as PubMed, SciELO, LILACS, and Scopus. The analysis resulted in eight articles covering diverse populations, including university students, family members, healthcare professionals, and individuals deprived of liberty. The findings showed that Brazilian policies are still characterized by a prohibitionist model, focused on repression and incarceration, which contributes to the worsening of social, racial, and gender inequalities. The analyses also indicated that substance use among young people and university students is strongly linked to social, cultural, and academic factors, highlighting the inadequacy of policies based solely on information or abstinence. The international comparison showed that, although the United States invests significantly in campaigns and social mobilization, the emphasis on abstinence and repression also limits the effectiveness of initiatives. The review concluded that Brazil needs to move beyond punitive and fragmented methods, strengthening intersectoral, democratic, and inclusive strategies that integrate education, health, social assistance, and community involvement. Furthermore, the inclusion of safe and accessible pharmacological treatments in integrated therapeutic plans is recommended, aligned with equity, citizenship, and harm reduction policies, in order to respond more effectively and humanely to the challenges of chemical dependence.

**Keywords:** chemical dependence; public policies; pharmacological treatment; psychoactive substances; mental health.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b> – Fluxograma do processo de seleção dos artigos	17
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Avaliação dos artigos por autor e data; objetivos e local de estudo	15
<b>Tabela 2</b> – Avaliação dos artigos, público alvo; drogas ou substâncias; políticas públicas empregadas e principais resultados das pesquisas	18

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>DeCS</b>	Descritores em Ciências da Saúde
<b>ILACVN</b>	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
<b>LILACS</b>	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
<b>MeSH</b>	Medical Subject Headings (Cabeçalhos de Assuntos Médicos)
<b>PP</b>	Políticas Públicas
<b>PubMed</b>	Public/Publisher MEDLINE (base de dados de literatura biomédica da National Library of Medicine, EUA)
<b>SciELO</b>	Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica Online)
<b>SCOPUS</b>	Nome da base de dados multidisciplinar da Elsevier
<b>SUAS</b>	Sistema único de assistência social
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>SISNAD</b>	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
<b>UNILA</b>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A dependência química na atualidade corresponde a um fenômeno amplamente divulgado e discutido, uma vez que o uso abusivo de substâncias psicoativas se tornou um grave problema social e de saúde pública em nossa realidade (PRATTA; SANTOS, 2009, p. 203). Seus impactos ultrapassam o consumo individual de substâncias e refletem em consequências que atingem a saúde física e mental, a dinâmica familiar, o sistema de justiça criminal e a formulação de políticas públicas de prevenção e tratamento (LO; YEUNG; TAM, 2020). Nesse sentido, compreender a dependência química exige não apenas a análise de aspectos clínicos e farmacológicos, mas também a avaliação de como as políticas de saúde são elaboradas, implementadas e articuladas com estratégias de reinserção social (OMS, 2023).

No Brasil, as políticas sobre drogas foram historicamente moldadas pelo paradigma proibicionista, em grande parte inspirado no modelo estadunidense, que privilegiou a repressão e o encarceramento em detrimento da atenção à saúde (BOITEUX, 2020; CARVALHO, 2018). Esse modelo, importado sem uma adequada adaptação ao contexto social e cultural brasileiro, enfatizou a criminalização do usuário em vez de priorizar estratégias de prevenção, tratamento e redução de danos, reforçando estigmas e marginalizando populações vulneráveis. Como evidenciam Santos, Bastos e Ramos (2024), a política brasileira foi marcada pela criminalização seletiva e pelo encarceramento em massa, afetando desproporcionalmente jovens pobres, negros e moradores de áreas periféricas, o que contribui para a reprodução de desigualdades sociais históricas. No contexto prisional, a ausência de estratégias contínuas e específicas de cuidado em saúde voltadas à dependência química evidencia a fragilidade e a desarticulação das políticas públicas (PEREIRA et al., 2020), refletindo em altas taxas de reincidência, deterioração da saúde física e mental dos detentos e limitações na reinserção social após o cumprimento da pena. Além disso, estudos recentes apontam que a ênfase na repressão penal cria um ciclo de vulnerabilidade, no qual a privação de liberdade se torna uma resposta às condições sociais e econômicas adversas, em vez de uma medida voltada à redução do consumo problemático ou à promoção do bem-estar coletivo, revelando a necessidade urgente de políticas integradas, intersetoriais e centradas na saúde pública.

A análise comparativa das políticas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos, realizada por TATMATSU; SIQUEIRA; DEL PRETTE (2020), evidencia como a hegemonia do modelo estadunidense ainda orienta grande parte das ações preventivas brasileiras. Programas baseados em abstinência e modelos importados de outros contextos foram incorporados, muitas vezes sem a devida adaptação cultural. Isso resultou na aplicação de ações pouco efetivas, distantes da perspectiva da redução de danos, embora a literatura científica apontasse a prevenção como a estratégia de melhor custo-benefício para conter o uso abusivo de substâncias (UNODC, 2015; CARVALHO, 2018). Nesse sentido, diversos autores ressaltam que políticas preventivas devem considerar aspectos socioculturais locais para alcançar maior efetividade (BOITEUX, 2020; SANTOS; BASTOS; RAMOS, 2024).

Outro ponto crítico tem sido a interface entre a realidade social do uso de drogas e as políticas públicas. Camargo et al. (2019) destacam que, entre universitários, o consumo de álcool e outras drogas é frequentemente associado a prazer, socialização e alívio de tensões, revelando uma dissonância entre o significado atribuído pelos jovens ao uso de substâncias e as políticas públicas de repressão e abstinência. Essa desconexão compromete a efetividade das políticas e reforça a necessidade de estratégias que considerem o contexto sociocultural dos usuários.

Diante disso, torna-se imprescindível investigar as políticas públicas de saúde relacionadas à dependência química. O presente estudo tem como objetivo realizar produzir uma revisão integrativa de literatura, por meio da leitura e análise da literatura científica acerca das políticas públicas de saúde direcionadas ao enfrentamento da dependência química no contexto brasileiro, visando identificar avanços, desafios, diretrizes e lacunas no cuidado integral das pessoas com transtornos por uso de substâncias. O presente trabalho possui como objetivos secundários mapear e comparar as políticas públicas de prevenção da dependência química no Brasil, destacando influências históricas e modelos internacionais, avaliar a efetividade e limitações das políticas públicas na perspectiva da redução de danos e da atenção integral à saúde, examinar a interface entre o contexto sociocultural dos usuários e a implementação das políticas de saúde, considerando populações específicas, como jovens, universitários e pessoas em privação de liberdade e sugerir diretrizes e recomendações para aprimorar a formulação e execução

das políticas públicas e estratégias farmacológicas no enfrentamento da dependência química.

## 2 METODOLOGIA

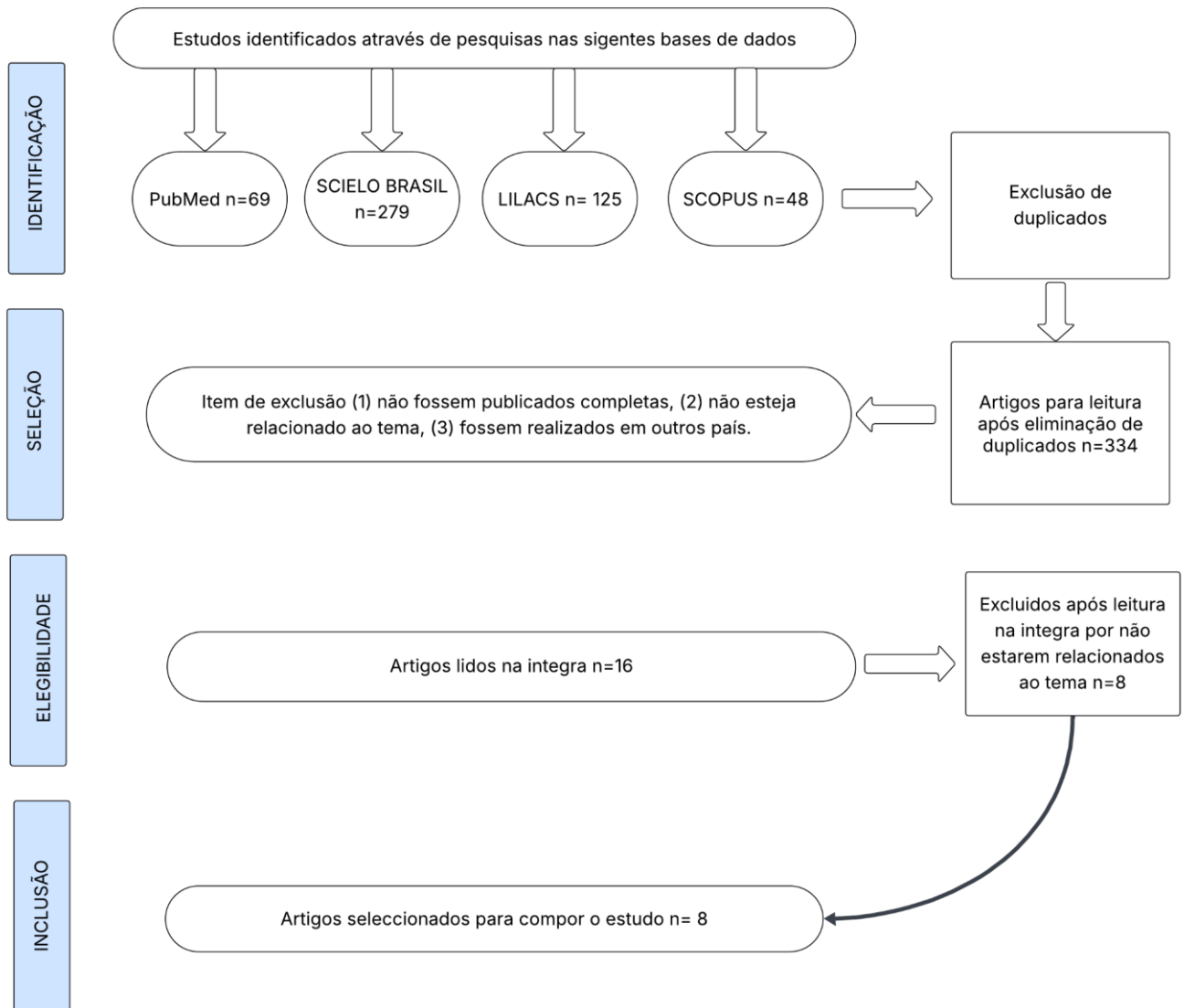
O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura e documental dos aspectos de maior relevância relacionados às políticas públicas de saúde voltadas para a dependência química e ao tratamento farmacológico disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) publicados nos últimos cinco anos. Este estudo adotou uma abordagem descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada no período de julho a setembro de 2025, contemplando periódicos indexados em bases de dados científicas. Durante a coleta de dados, foram utilizados descritores controlados (DeCS/MeSH) e combinações booleanas com o operador “AND”, de modo a refinar os resultados.

Para a realização da busca, optou-se por investigar artigos em revistas científicas nacionais, publicados entre 2019 e 2024. Foram utilizados os seguintes descritores: “*dependência química*”, “*políticas públicas de saúde*”, “*tratamento farmacológico*”, “*substâncias psicoativas*” e “*saúde mental*”. As fontes de consulta incluíram as bases National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library Online BRASIL (SciELO BRASIL), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Elsevier, usada para indexação de artigos e análise de citações (SCOPUS).

Os estudos foram selecionados segundo os seguintes parâmetros de inclusão: (a) publicação entre 2019 e 2024, (b) idioma português, (c) abordagem direta de políticas públicas de saúde ou de tratamentos farmacológicos voltados à dependência química. Foram estabelecidos ainda como item de exclusão: (a) não fossem publicados completos, (b) não esteja relacionado ao tema, (c) fossem realizados em outros países. As fases que guiaram esta revisão estão descritas na Figura 1.

Os artigos selecionados foram inicialmente catalogados e analisados segundo título, ano de publicação, país de origem. Paralelamente, os documentos oficiais foram avaliados de acordo com sua relevância nas políticas públicas de saúde brasileiras.

**Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos**



Fonte: Autora, 2025.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados oito artigos relevantes para a presente pesquisa, todos publicados no Brasil entre 2019 e 2024. O primeiro estudo, desenvolvido por Camargo et al. (2019), investiga o significado atribuído por estudantes universitários ao consumo de álcool e outras drogas, considerando o contexto das políticas públicas brasileiras. O segundo artigo, apresentado por TATMATSU; SIQUEIRA; DEL PRETTE (2020), traz uma análise comparativa das políticas públicas de prevenção ao uso e abuso de drogas implementadas no Brasil e nos Estados Unidos. O terceiro estudo, desenvolvido por SANTOS; BASTOS; RAMOS (2024), examina a relação entre as políticas públicas de drogas no Brasil e seus impactos no sistema carcerário. O quarto artigo, elaborado por GOMES-MEDEIROS et al. (2019), aborda a interface entre as políticas públicas de drogas e o campo da Saúde Coletiva no país. O quinto estudo elaborado por Castro, Miskolci e Pereira (2021), analisa a experiência de mães de usuários de crack diante do tratamento da dependência química de seus filhos. O sexto artigo apresentado por Santos, Vecchia e Paiva (2021), investiga a articulação entre as redes de saúde e de assistência social no cuidado a usuários de álcool e outras drogas em um município de Minas Gerais. O sétimo estudo apresentado por Miziara et al. (2022), explora as experiências de familiares no cuidado de pessoas com dependência química em um hospital psiquiátrico de Curitiba, Paraná. Por fim, o oitavo artigo apresentado por Sousa et al. (2020), examina o consumo de medicamentos e substâncias psicoativas entre estudantes de enfermagem, analisando o papel da universidade na prevenção desse uso. A Tabela 1 apresenta uma síntese dos oito artigos selecionados, incluindo informações sobre título, autor e data, objetivos e local de estudo.

**Tabela 1** – Avaliação dos artigos por autor e data, objetivos e local de estudo

Nº	Título	Autor e data	Objetivo	Local de estudo
1	Uso e abuso de drogas entre universitários e a sua interface com as políticas públicas	CAMARGO et al., 2019	Analisar o significado do uso e abuso de álcool e/ou outras drogas entre universitários em consonância com as políticas públicas brasileiras sobre drogas.	Instituição pública de ensino superior, região Sudeste do Brasil

2	Políticas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos	TATMATSU; SIQUEIRA; DEL PRETTE, 2020	Analisar comparativamente as políticas públicas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos.	Brasil e Estados Unidos (comparativo)
3	Políticas de drogas no Brasil: uma análise fenomenológica da aplicação e impactos no sistema prisional de Mato Grosso do Sul	SANTOS; BASTOS; RAMOS, 2024	Analisar a aplicação e os impactos das políticas públicas de drogas no sistema prisional de Mato Grosso do Sul, a partir de uma perspectiva fenomenológica.	Mato Grosso do Sul, Brasil.
4	Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários	GOMES-MEDEIROS et al., 2019	Analisar as relações entre a política de drogas e a Saúde Coletiva no Brasil, destacando tensões, desafios e alternativas.	Brasil (Campinas SP).
5	Mães de usuários de crack: gênero e agência no tratamento para dependência química	CASTRO; MISKOLCI; PEREIRA, 2021	Analisar o papel das mães de usuários de crack no processo de busca e acompanhamento de tratamento para dependência química, considerando a perspectiva de gênero.	Brasil (São Paulo).
6	Intersetorialidade nas Políticas Públicas sobre Drogas: Relações entre Saúde e Assistência Social	SANTOS; VECCHIA; PAIVA, 2021	Compreender como se dão as relações entre as redes de saúde e assistência social no cuidado a usuários de álcool e outras drogas, sob a perspectiva da intersetorialidade.	Município de médio porte em Minas Gerais, Brasil.
7	História de familiares sobre o cuidado da pessoa com dependência química”	MIZIARA et al., 2022	Conhecer como familiares vivenciam o cuidado da pessoa com dependência química.	Hospital psiquiátrico em Curitiba, Paraná (Brasil).
8	Estudantes de enfermagem: uso de medicamentos, substâncias psicoativas e	SOUSA et al., 2020	Investigar o uso de medicamentos e substâncias psicoativas entre estudantes de enfermagem e discutir o	Universidade pública em Goiânia, Goiás (Brasil).

---

condições de  
saúde

papel da universidade na  
prevenção.

---

Fonte: Autor, 2025.

A Tabela 2 apresenta a avaliação dos artigos selecionados com relação ao público-alvo, às drogas ou substâncias estudadas, às políticas públicas empregadas e aos principais resultados obtidos nas pesquisas. Essa síntese permite identificar padrões, lacunas e contribuições das políticas públicas de prevenção e tratamento da dependência química no contexto brasileiro, bem como compreender as diferentes dimensões do cuidado e da intervenção junto a usuários e familiares.

**Tabela 2** – Avaliação dos artigos, Público alvo; drogas ou substâncias; políticas públicas empregadas e principais resultados das pesquisas

Nº	Público Alvo	Drogas ou substâncias	PP empregadas	Principais Resultados
1	Universitários	Álcool, cigarro, maconha, metilfenidato (ritalina) e outras substâncias psicoativas	Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (2004); Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (2009); Decreto nº 6.117/2007 (Política Nacional do Álcool); Lei nº 11.705/2008 (“Lei Seca”); Plano Nacional de Assistência Estudantil	O consumo inicia-se na adolescência, estimulado por familiares e amigos, sendo associado à felicidade, lazer e fuga de problemas. O álcool é naturalizado e valorizado socialmente. Há descompasso entre as políticas públicas e a realidade dos universitários. Reforça-se a necessidade de políticas alinhadas à vivência estudantil, apoio psicopedagógico e ações preventivas contínuas.
2	População em geral.	Drogas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas (maconha, cocaína, crack, entre outras).	Brasil: Política Nacional Antidrogas (2001); SENAD; ações do SUS; programas escolares. EUA: Estratégia Nacional de Controle de Drogas; campanhas de mídia; programas escolares e comunitários.	Nos EUA: forte repressão, foco na abstinência, recursos financeiros expressivos, campanhas amplas e participação comunitária. No Brasil: ações fragmentadas, baixa continuidade, dificuldades financeiras e de articulação intersetorial. Necessidade de fortalecimento das políticas preventivas no país.

3	Presos do sistema penitenciário.	Drogas ilícitas em geral (com destaque para maconha, cocaína e crack).	Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); Política Nacional sobre Drogas.	A atual política reforça o encarceramento em massa, atingindo principalmente jovens pobres e vulneráveis. Não houve redução significativa do consumo, mas aumento da população carcerária. A política prioriza repressão em vez de prevenção e tratamento. É necessária a revisão para enfoque em saúde, educação e redução de danos.
4	Profissionais de saúde, gestores, usuários de drogas.	Drogas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas (maconha, cocaína, crack e outras).	Política Nacional sobre Drogas; Política Nacional de Redução de Danos; legislação proibicionista vigente (Lei nº 11.343/2006).	O modelo proibicionista reforça práticas repressivas e inefazes. A redução de danos é apontada como alternativa ética e eficiente. Reforça-se a necessidade de políticas públicas democráticas, intersetoriais e centradas nos direitos humanos.
5	Mães de usuários de crack.	Crack	Política Nacional sobre Drogas; políticas de atenção à saúde no SUS; programas de tratamento da dependência química.	O cuidado e a responsabilidade recaem majoritariamente sobre as mães, revelando desigualdade de gênero. Há ausência de suporte adequado das políticas públicas às famílias, o que gera sobrecarga e fragiliza o processo de cuidado. Aponta-se a necessidade de políticas integradas, intersetoriais e com perspectiva de gênero.

6	Gestores e profissionais do SUS e SUAS; usuários de álcool e outras drogas.	Álcool e outras drogas (substâncias psicoativas em geral).	Política Nacional sobre Drogas; Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (PAIUAD); Sistema Único de Saúde (SUS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	As políticas são aplicadas de forma fragmentada e pouco articulada; prevalece o paradigma proibicionista e o modelo asilar; a intersectorialidade ainda é um horizonte a ser construído. É necessário fortalecer a redução de danos, ampliar a participação social, garantir financiamento e qualificar profissionais para efetivar um cuidado integral.
7	Familiares cuidadores de dependentes químicos.	Álcool, maconha, crack, cocaína, benzodiazepínicos e outras drogas citadas	Políticas de saúde mental no SUS; Política Nacional sobre Drogas; diretrizes de atenção a dependentes químicos.	A dependência química impacta intensamente os familiares, gerando sofrimento, frustração e desesperança. A espiritualidade/religiosidade aparece como suporte importante. Defende-se a inclusão da família nas políticas públicas e nos processos de cuidado.
8	Estudantes de enfermagem (203 participantes).	Álcool, tabaco, ansiolíticos, anfetaminas, antidepressivos e maconha.	Política Nacional sobre Drogas; ações preventivas e educativas no âmbito da universidade e do SUS	Alta prevalência do uso de substâncias entre estudantes; fatores associados incluem estresse acadêmico, pressão social e fácil acesso. A universidade deve assumir papel ativo na prevenção, promoção da saúde e apoio psicossocial

O primeiro artigo expõe uma pesquisa realizada por Camargo et al. (2019), que demonstra que o uso de drogas entre estudantes universitários costuma iniciar na adolescência pela influência de amigos e familiares. A pressão social destaca a importância de políticas de prevenção que funcionem de maneira conjunta, envolvendo instituições de ensino, famílias e comunidade, pois a ação restrita a uma das instituições pode não ser suficiente para mudar os hábitos já estabelecidos.

Os resultados do estudo conduzido por Camargo et al. (2019) sugerem que os alunos vinculam o consumo de drogas a experiências prazerosas, momentos de lazer, felicidade e sobretudo a interação social, evidenciando a normalização do álcool e de outras substâncias no ambiente acadêmico. Essa percepção indica as limitações das políticas públicas atuais, que frequentemente se concentram na repressão ou na informação, sem considerar os fatores sociais e culturais que incentivam o consumo.

Além disso, o estudo mostra que as políticas públicas em vigor não correspondem à experiência dos alunos, indicando que, em muitos casos, as medidas de prevenção não são adequadas à realidade do público-alvo. O estudo destaca a relevância de ouvir os próprios estudantes na criação e execução de políticas, incentivando uma abordagem participativa que leve em conta suas percepções e demandas. Essa participação ativa pode aumentar a adesão às ações preventivas e promover maior eficácia nas estratégias de redução de danos (Camargo et al., 2019)

O segundo artigo, de TATMATSU; SIQUEIRA; DEL PRETTE (2020), expõe uma pesquisa comparativa acerca de políticas de prevenção ao uso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos e mostra diferenças importantes nas abordagens utilizadas por cada país. Nos Estados Unidos, as estratégias de prevenção são marcadas por uma abordagem focada na repressão e na promoção da abstinência, contando com ampla participação da sociedade civil e considerável investimento financeiro, que abrange campanhas midiáticas de grande impacto. Esse modelo possibilita uma maior transparência das ações envolvendo a sociedade e comunidade, reforçando a propagação de informações preventivas e a mobilização da comunidade.

Em contrapartida, as políticas públicas de prevenção no Brasil tendem a ser mais fragmentadas e pontuais, com ações que apresentam limitações em termos de continuidade, abrangência e financiamento. A falta de articulação entre os diversos setores envolvidos, a ausência de programas sólidos e a complexidade de atingir jovens em condição de vulnerabilidade afetam a eficácia das iniciativas brasileiras. Apesar de que o Brasil tem marcos legais significativos e programas de prevenção oficialmente instituídos,

a aplicação prática se depara com obstáculos estruturais e institucionais que restringem seu efeito (TATMATSU; SIQUEIRA; PRETTE, 2020).

Essa análise comparativa mostra que, para melhorar os resultados no Brasil, é preciso implementar políticas integradas, contínuas e adaptadas às realidades locais, além de estratégias de prevenção que levem em conta os fatores sociais, culturais e econômicos dos jovens. Sendo a participação da sociedade um ponto fundamental e sendo combinada com investimentos sólidos e campanhas educacionais, poderiam aumentar a eficácia das medidas preventivas (TATMATSU; SIQUEIRA; PRETTE, 2020).

Por outra parte, a pesquisa intitulada "Políticas de drogas no Brasil: uma análise fenomenológica da aplicação e impactos no sistema prisional de Mato Grosso do Sul". De acordo com SANTOS; BASTOS; RAMOS (2024), as políticas públicas de drogas no Brasil têm efeitos consideráveis no sistema prisional, particularmente no que diz respeito ao aprisionamento de jovens em condição de vulnerabilidade social. A análise fenomenológica realizada com reclusos da Penitenciária Estadual de Dourados (MS) indica que a criminalização do uso e tráfico de drogas, conforme estabelecido na Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como a Lei de Drogas no Brasil. Ela institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), prescrevendo medidas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes, além de estabelecer normas sobre repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, não conseguindo diminuir o consumo. Em vez disso, tem levado ao crescimento da população carcerária, exacerbando as desigualdades sociais e raciais. Essa situação indica um modelo de políticas focado na repressão, que privilegia ações punitivas em vez de prevenção, tratamento e redução de danos.

O estudo mostra que a abordagem repressiva atual não leva em conta adequadamente os fatores sociais que influenciam o uso de drogas, como a pobreza, a falta de acesso à educação e a marginalização social. Dessa forma, o encarceramento em massa de jovens vulneráveis não só agrava a desigualdade, mas também compromete a eficácia das políticas de controle de drogas, em vez de tratar a questão de maneira preventiva e educativa. Sendo necessário reavaliar o modelo brasileiro, integrando estratégias de saúde pública, programas de educação, prevenção e redução de danos com uma abordagem social e comunitária, que ajudem a diminuir tanto o consumo problemático quanto os efeitos negativos do encarceramento (SANTOS; BASTOS; RAMOS, 2024).

O artigo de GOMES-MEDEIROS et al. (2019), apresenta uma discussão fundamental para a área da Saúde Coletiva ao questionar as limitações e contradições do modelo proibicionista que prevalece nas políticas de drogas no Brasil. A análise crítica de documentos e literatura especializada revela que a ênfase histórica na criminalização do usuário e na repressão ao consumo não só não conseguiu diminuir os índices de uso, como também intensificou as desigualdades sociais, reforçando estigmas e excluindo grupos vulneráveis.

Estabelece um diálogo direto com a perspectiva da saúde pública e dos direitos humanos, indicando que políticas focadas na abstinência compulsória e na punição têm se revelado ineficientes diante da complexidade da dependência química, que é influenciada por fatores sociais, econômicos, culturais e subjetivos. Nesse sentido, a defesa da redução de danos aparece como uma alternativa ética e pragmática, pois busca minimizar os riscos e consequências associados ao uso de substâncias, respeitando a autonomia dos sujeitos e ampliando o acesso a cuidados integrais (GOMES-MEDEIROS et al., 2019)

Ademais, os autores enfatizam a importância de criar políticas democráticas e intersetoriais. Isso significa integrar saúde, assistência social, educação, justiça e sociedade civil organizada para superar a abordagem repressiva e desenvolver estratégias participativas que fomentem a cidadania e a inclusão social. Dessa forma, a pesquisa contribui para o debate atual ao questionar a eficácia das políticas proibicionistas e ao enfatizar a importância de reavaliar as políticas de drogas no Brasil, alinhando-as aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (GOMES-MEDEIROS et al., 2019)

O artigo de Castro, Miskolci e Pereira (2021), traz uma contribuição significativa para o debate sobre políticas de drogas, saúde coletiva e relações de gênero, ao colocar no centro da análise a vivência das mães de usuários de crack. Por meio de uma pesquisa qualitativa, os autores mostram que, na falta de um suporte adequado do Estado, mulheres desempenham um papel crucial no cuidado e acompanhamento terapêutico. Isso revela um processo de responsabilização que vai além da área da saúde e se insere nas esferas sociais e culturais de gênero. O excesso de carga emocional, material e simbólica enfrentado por essas mães não só intensifica as desigualdades de gênero preexistentes, mas também compromete a eficácia das políticas públicas destinadas ao tratamento da

dependência química. A pesquisa indica que, ao passo que os serviços de saúde e assistência social geralmente atribui às famílias a maior parte da responsabilidade pelo cuidado, sem fornecer contrapartidas organizadas em suporte psicológico, social e financeiro (Castro, Miskolci e Pereira, 2021).

Nesse contexto, o estudo questiona o modelo atual ao evidenciar como a lógica de responsabilização feminina normaliza o cuidado como uma função exclusiva das mães, tornando invisíveis tanto a corresponsabilidade dos pais quanto a atuação do Estado. Simultaneamente, demonstra que essas mulheres exercem autonomia ao procurar opções, mobilizar redes e negociar com serviços, mesmo estando em situações de extrema vulnerabilidade. Amplia a compreensão das interfaces entre drogas, gênero e saúde, ao defender que políticas públicas mais eficazes devem ser intersetoriais, democráticas e sensíveis às desigualdades de gênero, garantindo suporte integral não apenas ao usuário, mas também às famílias, em especial às mães que frequentemente assumem, sozinhas, a linha de frente no enfrentamento da dependência química (Castro, Miskolci e Pereira, 2021).

O artigo de Santos, Vecchia e Paiva (2021), explora uma dimensão fundamental do debate sobre políticas públicas de drogas: a intersetorialidade entre assistência social e saúde. O estudo realizado em um município de Minas Gerais indica que, apesar de a diretriz estar oficialmente incluída em documentos como a Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, sua implementação prática ainda é bastante restrita.

A pesquisa mostra que a integração entre SUS e SUAS é fragmentada, com problemas de comunicação, falta de fluxos claros e continuidade de práticas baseadas no paradigma proibicionista e asilar. Esse contexto afeta a integralidade do cuidado, pois os usuários de drogas, além de suas demandas de saúde, possuem demandas sociais complexas que requerem suporte em moradia, emprego, renda e interação comunitária (Santos, Vecchia e Paiva, 2021).

A ênfase na redução de danos é outro aspecto importante, que se apresenta como uma abordagem ainda não muito solidificada nas práticas diárias. A persistência de discursos e práticas focados na abstinência e repressão fortalece os obstáculos para a implementação de um modelo mais humanizado e participativo. Além

disso, a pesquisa indica que há limites estruturais, como a falta de financiamento adequado, a falta de capacitação profissional e a falta de planejamento integrado. Nesse cenário, gestores e funcionários apontam desafios em converter a intersectorialidade de uma diretriz normativa em ações concretas (Santos, Vecchia e Paiva 2021).

O artigo de Miziara et al. (2022) oferece uma contribuição significativa ao debate sobre dependência química ao destacar as experiências dos familiares, um grupo frequentemente marginalizado tanto nas pesquisas quanto nas políticas públicas de saúde. A opção metodológica da história oral temática híbrida permitiu o acesso a narrativas repletas de afeto, sofrimento e estratégias de superação, expondo aspectos subjetivos que raramente aparecem em pesquisas quantitativas.

Os resultados mostram que o efeito da dependência química vai além da pessoa afetada e alcança a família, que passa por um intenso sofrimento emocional, caracterizado por frustração, desesperança e desgaste ao acompanhar o tratamento. Essa vivência de sofrimento é agravada pela sensação de impotência frente às recaídas e pela barreira de acesso a serviços eficazes, evidenciando falhas significativas nas redes de atendimento (Miziara et al., 2022)

O papel da espiritualidade/religiosidade como fonte de suporte emocional e social é outro ponto importante identificado. Para os parentes, a fé é um instrumento simbólico que pode manter a esperança, dar significado ao sofrimento e promover a resiliência em meio a uma situação de grande vulnerabilidade. Essa dimensão indica a demanda por uma maior sensibilidade cultural nos serviços de saúde, ao reconhecer a espiritualidade como um componente do processo de cuidado, sem negligenciar os limites éticos e profissionais (Miziara et al., 2022).

A principal contribuição da pesquisa é mostrar que o tratamento da dependência química não pode se limitar apenas ao usuário. As famílias precisam de apoio organizado, seja por meio de acompanhamento psicológico, redes de suporte social, orientação terapêutica ou participação em políticas públicas que envolvem diferentes setores. Ao desconsiderar esse aspecto, o sistema de saúde corre o risco de perpetuar o ciclo de sofrimento e sobrecarga familiar (Miziara et al., 2022).

O estudo de Sousa et al. (2020) é especialmente importante por abordar o uso de medicamentos e substâncias psicoativas entre alunos de enfermagem, um grupo

que futuramente se tornará profissional de saúde e que, paradoxalmente, já lida com perigos associados ao consumo dessas substâncias durante a formação acadêmica.

Os resultados da pesquisa mostram um cenário alarmante, caracterizado pelo uso considerável de álcool, tabaco, ansiolíticos, anfetaminas, antidepressivos e maconha. Esse padrão de uso está relacionado a elementos estruturais e contextuais, como estresse acadêmico, pressão social e facilidade de acesso a substâncias, ressaltando como o ambiente universitário pode ser tanto um fator de risco quanto um espaço de proteção (Sousa et al., 2020).

Os autores também ressaltam a importância do papel da universidade como agente de incentivo à saúde. Em vez de simplesmente implementar medidas punitivas ou moralizantes, a instituição deve priorizar ações educativas, preventivas e de suporte psicossocial para conscientizar os alunos, minimizar riscos e proporcionar opções saudáveis para lidar com o estresse. A criação de espaços de acolhimento, a expansão do acesso aos serviços de saúde mental e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão se destacam como estratégias importantes (Sousa et al., 2020).

Dessa forma, o artigo enriquece a discussão sobre drogas e saúde coletiva ao afirmar que a prevenção deve ser fundamentada em políticas públicas que integrem educação, saúde e assistência psicossocial, considerando os alunos como indivíduos em processo de formação que necessitam de apoio integral. Simultaneamente, destaca a importância de as universidades se envolverem ativamente na promoção de estilos de vida saudáveis, prevenindo a normalização do uso de substâncias no meio acadêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados analisados indicam que as políticas públicas de combate à dependência química no Brasil ainda exibem fragilidades tanto estruturais quanto conceituais, evidentes nas áreas de prevenção e tratamento. As pesquisas analisadas indicam que o modelo historicamente predominante, caracterizado pelo proibicionismo e repressão, não tem sido eficiente para diminuir o consumo nem para reduzir os efeitos sociais e de saúde relacionados às drogas. Em vez disso, essa abordagem tem ajudado a perpetuar as desigualdades sociais, raciais e de gênero, além de aumentar o número de jovens em situação de vulnerabilidade encarcerados.

Na área da prevenção, os resultados destacam a importância de superar abordagens fragmentadas, moralizantes e descontextualizadas. O consumo entre os alunos, por exemplo, está ligado a aspectos sociais e culturais e acadêmicos, evidenciando que apenas medidas informativas ou punitivas não são adequadas. Nesse contexto, é fundamental o fortalecimento de estratégias participativas e intersetoriais que incluam família, comunidade, universidade e serviços públicos de saúde e assistência social, reconhecendo também a visão dos jovens como agentes ativos na criação de políticas.

No que diz respeito ao cuidado e tratamento, as pesquisas indicam que existem lacunas consideráveis: o excesso de responsabilidades das famílias, especialmente das mães; a falta de apoio estruturado para os familiares; a baixa eficácia da colaboração intersetorial entre SUS e SUAS; e a falta de políticas que considerem as particularidades de gênero, cultura e espiritualidade. Esses fatores sugerem que o cuidado integral com pessoas que têm transtornos por uso de substâncias exige políticas democráticas, intersetoriais e inclusivas, que considerem a redução de danos como diretriz fundamental.

Em relação às políticas internacionais comparadas, é importante notar que modelos como o dos Estados Unidos, apesar de maiores investimentos e envolvimento comunitário, ainda se baseiam fortemente na abstinência e repressão. Por outro lado, o Brasil apresenta iniciativas legais significativas, embora com execução limitada e irregular. Essa comparação destaca que a eficácia das políticas não depende apenas de financiamento, mas também de adaptação às condições socioculturais locais e promoção da justiça social.

Nesse cenário, fica evidente que os progressos na área dependem da criação de um modelo unificado de prevenção e cuidado, que leve em conta o contexto

social dos usuários, envolve diversos setores e incorpore também estratégias farmacológicas seguras e acessíveis, quando apropriadas, como parte de um plano terapêutico.

A revisão sistemática das políticas públicas e tratamentos farmacológicos da dependência química no Brasil indica a necessidade urgente de superar abordagens punitivas e fragmentadas, substituindo-as por estratégias baseadas em equidade, cidadania, redução de danos e saúde coletiva. Essas novas estratégias devem ser capazes de responder de maneira mais eficaz e humanizada aos desafios que a dependência química impõe ao país.

Com base nesses resultados, destacam-se três direções para futuras pesquisas:

- Estudos de revisão integrativa e sistemática, que ampliem o levantamento de evidências sobre a eficácia de programas de prevenção e de políticas de redução de danos, especialmente considerando variáveis regionais e de gênero.
- Pesquisas aplicadas, voltadas à avaliação de programas intersetoriais já implementados (como parcerias entre saúde, educação e assistência social), a fim de identificar boas práticas e propor indicadores de efetividade e equidade.
- Estudos qualitativos e participativos, que explorem a percepção de usuários, familiares e profissionais sobre as políticas públicas e o cuidado em saúde mental, fortalecendo a produção de conhecimento voltada à transformação social e ao aprimoramento das práticas de cuidado.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Francisco Inácio.** Políticas de drogas no Brasil contemporâneo: aportes da ciência, da clínica e do liberalismo moderno. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00125519>
- BOITEUX, Luciana. **Política de drogas e encarceramento em massa no Brasil: uma análise crítica do proibicionismo.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 28, n. 163, p. 245–272, 2020.
- CAMARGO, Elisa Carneiro Pereira; GONÇALVES, Jamila Souza; FELIPE, Adriana Olimpia Barbosa; FAVA, Silvana Maria Coelho Leite; ZAGO, Márcia Maria Fontão; DÁZIO, Eliza Maria Rezende.** Uso e abuso de drogas entre universitários e a sua interface com as políticas públicas. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, v. 15, n. 4, p. 1–9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.000364>
- CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- CASTRO, Juliana; MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Ana. *Mães de usuários de crack: gênero e agência no tratamento para dependência química.* *Revista de Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 4, p. 112-129, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100620022>
- FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo (org.). *Aconselhamento em dependência química.* 3. ed. São Paulo: Roca, 2015.
- GOMES-MEDEIROS, Fernanda; LOPES, Thiago; ANDRADE, Joana; SOUZA, Carla. **Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários.** *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 24, n. 2, p. 315-330, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00242618>
- LO, T.; YEUNG, W.; TAM, C. Impactos sociais e familiares da dependência química. *Journal of Substance Use*, v. 25, n. 2, p. 120-135, 2020.
- MARTINS, Herbert Toledo; ROCHA, Rosilene Oliveira. Cem anos de proibicionismo no Brasil: uma análise neo-institucionalista das políticas sobre drogas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 2, p. 112-129, 2021. DOI: [10.31060/rbsp.2021.v15.n2.1262](https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n2.1262).
- MIZIARA, Diandra Folquito Jorge; NIMTZ, Miriam Aparecida; KUZNIER, Tatiane Prette; MIRANDA, Fernanda Moura D’Almeida; SOUZA, Silvana Regina Rossi Kissula; BAIS, Dulce Dirclair Huf; PAES, Marcio Roberto. **História de familiares sobre o cuidado da pessoa com dependência química.** *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 27, e81050, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.81050>

MOTA RONZANI, Telmo; PEREIRA, Thaís Soares; CASTRO, Juliana Branco; DIMENSTEIN, Magda. Determinantes sociais e dependência de drogas: revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 39, 2023. DOI: [10.1590/0102.3772e39407.pt](https://doi.org/10.1590/0102.3772e39407.pt).

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Dependência de substâncias: estratégias de prevenção e tratamento*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2023.

PEREIRA, Sarah Salvador; ZERBETTO, Sonia Regina; NÓBREGA, Maria do Perpétuo Socorro de Sousa; SILVEIRA, Ricardo Wagner Machado da; GONÇALVES, Angélica Martins de Souza; PROTTI-ZANATTA, Simone Teresinha. **Concepções de redução de danos: discursos de profissionais de enfermagem da atenção primária à saúde**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 73, supl. 1, e20200021, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0021>

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. dos. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 203-211, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a08v25n2.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

SANTOS, Alessandra Siqueira dos; BASTOS, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira; RAMOS, Eliza Miranda. **Políticas de drogas no Brasil: uma análise fenomenológica da aplicação e impactos no sistema prisional de Mato Grosso do Sul**. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, Umuarama, v. 28, n. 1, p. 500–519, 2024. DOI <https://doi.org/10.25110/arq.saude.v28i1.2024-10940>.

SANTOS, Roberta; VECCHIA, Magali; PAIVA, Luciana. **Intersectorialidade nas políticas públicas sobre drogas: relações entre saúde e assistência social**. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, n. 2, p. 210–225, 2021. DOI <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62691>.

SILVA, Andressa Cavalcante Paz; MARINHO, Jaqueline Luvisotto; BUENO, Daniela Samara de Souza. Determinantes da saúde relacionados ao abuso e dependência de drogas na população rural: revisão integrativa. **Revista Saúde (Santa Maria)**, v. 50, 2021. DOI: [10.5902/2236583473714](https://doi.org/10.5902/2236583473714).

SOUSA, Bárbara de Oliveira Prado; SOUZA, André Luiz Thomaz de; SOUZA, Jacqueline de; SANTOS, Sivani Andreia dos; SANTOS, Manoel Antônio dos; PILLON, Sandra Cristina. *Estudantes de enfermagem: uso de medicamentos, substâncias psicoativas e condições de saúde*. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, supl. 1, e20190003, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0003>

TATMATSU, Renata; SIQUEIRA, Lucas; DEL PRETTE, Zilda. Políticas de prevenção ao abuso de drogas: Brasil e Estados Unidos. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 55-70, 2020. DOI [10.1590/0102-311X00040218](https://doi.org/10.1590/0102-311X00040218).

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *World Drug Report 2015*. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2015. 162 p. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/wdr2015/World\\_Drug\\_Report\\_2015.pdf](https://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf). Acesso em: 29 set. 2025.

VENTURA, Carla Aparecida Arena. Determinantes sociais de saúde e o uso de drogas psicoativas. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 10, n. 3, p. 110-110, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v10i3p110-110>